



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

## EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

### CRISE DO CAPITAL E IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

#### CAPITAL CRISIS AND IMPACTS ON WORK RELATIONS

Ingred Lydiane de Lima Silva<sup>1</sup>

#### RESUMO

Sob a perspectiva do referencial teórico-metodológico marxista, este artigo tem como objetivo analisar a crise do capital nos anos 1970 e sua relação com a tendência decrescente da taxa de lucro apontada por Marx, bem como, discutir as respostas articuladas pelo capitalismo e seus impactos nas relações de trabalho. A reestruturação produtiva pelo regime de acumulação flexível, a contrarreforma do Estado pautada em valores neoliberais e a valorização do capital por meio da esfera financeira, são respostas articuladas pelo capitalismo em crise que caracterizam um novo contexto geopolítico.

**Palavras-Chaves:** Crise do capital; reestruturação produtiva; relações de trabalho.

#### ABSTRACT

From the perspective of the Marxist theoretical and methodological framework, this article aims to analyze the crisis of the 1970s and its relationship with the downward trend in the rate of profit pointed out by Marx, as well as to discuss the responses articulated by capitalism and its impacts for labor relations. The productive restructuring by the flexible accumulation regime, the counter-reform of the State based on neoliberal values and the valorization of capital through the financial sphere, are responses articulated by capitalism in crisis that characterize a new geopolitical context.

**Keywords:** Capital crisis; productive restructuring; work relationships.

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social. Mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: [ingred.uern@gmail.com](mailto:ingred.uern@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A passagem entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970 foi permeada por um novo contexto, marcado por intensas mudanças geopolíticas. Observa-se um período de recessão econômica em todos os países centrais e acirramento da concorrência mundial. É nesta conjuntura que a financeirização do capital se desenvolve como um mecanismo de retornada das taxas de lucratividade por meio dos juros. A consolidação do mercado financeiro nos anos 1980 só foi materializada por conta de dois processos concomitantes, o suporte dos Estados pelas medidas regressivas neoliberais e a reestruturação produtiva através do regime de acumulação flexível. O conjunto dessas respostas trazem à tona um novo contexto social, econômico, político e cultural que rebate diretamente nas relações de trabalho.

Este artigo tem como objetivo analisar a crise do capital nos anos 1970 e sua relação com tendência decrescente da taxa de lucro apontada por Marx, bem como, discutir as respostas articuladas pelo capitalismo e seus impactos para as relações de trabalho. Para tanto, optamos pela escolha do referencial teórico metodológico do materialismo histórico dialético, pois compreendemos que ele é o mais crítico para desvelar a essência das relações sociais no capitalismo, dessa forma, entendemos que ele nos possibilita refletir e analisar sobre inflexões entre as respostas do capital em crise e os impactos nas relações de trabalho.

Para além da introdução e considerações finais, dividimos o artigo em dois tópicos: o primeiro fazemos uma discussão sobre a crise do capitalismo nos anos 1960-1970 e sua relação com tendência decrescente da taxa de lucro apontada por Marx; o segundo discutimos sobre as principais respostas articuladas pelo capital e seus impactos nas relações de trabalho.

## 2 CRISE DO CAPITAL

A passagem entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970 foi permeada por um novo contexto, marcado por intensas mudanças geopolíticas. Observa-se um período de recessão econômica em todos os países centrais e acirramento da concorrência mundial. A Europa e o Japão encontravam-se reconstruídos

financeiramente e disputando os mercados. Outrossim, concomitante ao período de recessão econômica nas bases produtivas dos países centrais, com destaque a economia norte-americana, se desenvolvia um processo de acumulação mais intensa em novos centros do capitalismo mundial, como a China, a Índia e outros países do sudeste asiático (MENDES, 2015; BRETTAS, 2012). Netto e Braz (2007) destacam que a pressão organizada dos trabalhadores foi outro vetor sociopolítico decisivo de tal contexto, com destaque, para o peso do movimento sindical na época dos anos 60-70 e a revolução de costumes de categorias sociais específicas: os movimentos feministas, o levante dos LGBTTQIA, as mobilizações de negros por direitos civis e os movimentos estudantis.

Portanto, o final dos anos 1960 foi marcado por uma queda na taxa de lucro nos países centrais e pelo acirramento da concorrência intercapitalista. “A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista” (BRAZ; NETTO, 2007, p.214). Inaugura-se um contexto de recessão generalizada nos anos 1970.

É importante destacar que a crise faz parte da própria dinâmica do ciclo econômico<sup>2</sup> do capitalismo, sendo ao mesmo tempo e contraditoriamente, uma expressão de suas contradições e funcional para reprodução do capital. Nos modos de produção pré-capitalistas também existiam crises, porém essas aconteciam em virtude de desastres naturais ou sociais (guerras) que acarretavam a carência generalizada de bens necessários para sobrevivência humana, em outras palavras: eram crises de subprodução. No capitalismo é bem diferente, a crise não é causada pela falta de bens necessários ou pouco desenvolvimento das forças produtivas, mas porque a demanda do consumo não alcança o ritmo da produção. Por tanto, a crise por superprodução é uma característica peculiar das contradições do capitalismo (NETTO; BRAZ, 2007).

No capitalismo a produção não tem como objetivo central cessar necessidades, mas fazer com que a mercadoria produzida seja convertida em mais dinheiro, ou seja, lucro (D-M-D´). A crise é a interrupção do movimento de reprodução ampliada do capital, é quando o valor criado na produção não é realizado no comércio (troca e venda). Dessa forma, as crises são causadas pelas próprias contradições fundantes do sistema capitalista, sendo inerente ao seu ciclo econômico.

---

<sup>2</sup> Distingue-se em quatro fases: crise, depressão, retomada e auge (NETTO; BRAZ, 2007).

De forma contraditória, ao passo em que a crise expressa os limites de reprodução do capital ela também é um mecanismo para a sua ampliação. A desvalorização de capital causada pela queda no lucro, faz com os capitalistas “sobreviventes” acumulem capital para reinvestimento, com capital em mãos e valor do trabalho desvalorizado pelo aumento do desemprego, os sobreviventes conseguem baixar o preço da produção e vender a mercadoria pelo mesmo valor da mercadoria produzida com custos mais altos, gerando superlucros. Entretanto, vale ressaltar que a reanimação é apenas uma das fases do ciclo da economia capitalista, que está sujeita a uma nova depressão a qualquer momento.

O crescimento da produção é impetuoso e a euforia toma conta da vida econômica: a prosperidade está ao alcance da mão. Até que...um detonador qualquer evidencia de repente que o mercado está abarrotado de mercadorias que não se vendem, os preços caem sobrevém nova crise - e todo ciclo recomeça” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 160).

Autores como Netto (2012) e Mézaros (2011) defendem que a crise dos anos 1970 apresenta um caráter sistêmico e estrutural, com traços inéditos. Uma crise para ser considerada sistêmica se manifesta em todos os setores da economia, ou seja, envolve toda a estrutura da ordem do capital. O capitalismo já apresentou duas crises de caráter estrutural, uma emergiu em 1873 na Europa marcando uma depressão de mais de duas décadas e a outra eclodiu em 1929 nos EUA, teve consequências em todo globo e durou em média de 16 anos, sendo superada apenas no pós 2º guerra mundial (NETTO, 2012; MÉSZAROS, 2012). Para os autores mencionados, apesar das crises dos anos 70-80-90 serem estudadas de forma isolada, elas apresentam fortes traços sistêmicos.

(...) todas as indicações mais solidas apontam que estamos experimentando, neste momento, uma crise que é de natureza sistêmica. Seus primeiros sinais sobrevieram na crise de Nova York, 1987 – com sequência, a partir dela, de efeitos em cascata expressos nos vários episódios de crises localizadas. Tais crises, a que os “comentaristas” ou “jornalistas econômicos” da grande imprensa conveniente e ignorantemente consideram de forma isolada (a crise dos “Tigres Asiáticos, a “crise da Bolsa Nasdaq”, a “crise da bolha imobiliária e, agora, a “crise do euro”) são indicadores mais visíveis de uma só crise: são indicadores da emergência de uma nova crise sistêmica do sistema capitalista e que apresenta traços inéditos em relação às duas anteriores (NETTO, 2012, p. 416).

A literatura marxista<sup>3</sup> ao analisar o contexto dos anos 1960, relacionou a queda na taxa de lucro das economias centrais com a contradição da *tendência decrescente da taxa de lucro* apontada por Marx (1988), que ao discutir sobre o funcionamento do sistema capitalista, analisou que sua forma de produção é permeada por contradições que periodicamente acarretam crises. Em outras palavras, o sistema de produção capitalista é marcado, inerentemente, por crises cíclicas.

Como já mencionamos, uma das contradições fundantes observadas pelo autor foi a tendência decrescente da taxa de lucro. Em linhas gerais, Marx (1988) analisou que um período marcado por acumulação prolongada tende a ocasionar uma queda no investimento em força de trabalho (Capital Variável) e um aumento no capital investido em meios de produção, tecnologias (Capital Constante). Essa tendência acarreta uma queda na taxa de lucro e posteriormente uma crise de superacumulação.

Esse processo reafirma a teoria do valor de Marx, pois se o valor da mercadoria produzida é extraído da mais-valia, exploração do trabalho não pago, a queda no investimento de capital variável tende a gerar uma queda na taxa de lucro. “No momento que essa queda ocorre, constata-se uma crise de superacumulação que é explicada, não pela insuficiência de demanda efetiva, mas pela ausência de lucros” (MENDES, 2015, p.3). “Quando isso acontece, inicia-se um processo de subinvestimento no qual considera-se que as margens de retorno não são suficientemente atrativas para manter a acumulação no mesmo patamar” (BRETTAS, 2012, p.30). Portanto, a contradição fundante reside no limite de valorização a qual o capital esbarra-se em processos de superlucros.

Iamamoto (2008) analisa que a valorização do capital esbarra nos próprios limites de produção, pela contradição fundante do capitalismo: um sistema que produz inversamente riqueza e pobreza, por meio da concentração de riqueza e polarização da pobreza. A contradição residiria então no conflito entre produção e distribuição.

Em suma, a crise é uma expressão intrínseca do modo de produção capitalista. A reprodução do capital depende de sua valorização constante através do crescimento das taxas de lucro, dessa forma, quando o consumo não acompanha o ritmo da

---

<sup>3</sup> A literatura marxista, principalmente anglo-saxã. “Dentre alguns autores: Andrew Kliman (2012), Michael Roberts (2013) e Callinicos (2012)” (MENDES, 2015).

produção o sistema passa por uma reestruturação, seja na base produtiva e/ou regulatória.

### 3 REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Não temos a pretensão neste item em dar conta da complexa discussão que é o processo de financeirização, mas de fazer apontamentos, introdutórios, sobre as principais respostas articuladas pelo capitalismo em crise: *a reestruturação produtiva pelo regime de acumulação flexível, a contrarreforma do Estado pautada em valores neoliberais e a valorização do capital por meio da esfera financeira*. O conjunto dessas respostas trazem à tona um novo contexto social, econômico, político e cultural para o mundo.

Essa conjuntura, de queda na taxa de lucro nos países centrais, cria as bases para o desenvolvimento do mercado financeiro nos anos 1970 e sua consolidação nos anos 80. É importante destacar que esse mercado já existia antes, ele não surge nos anos setenta, desde o século XIX já se discutia sobre ele. Entretanto, o poder que ele ganha no contexto dos anos 70-80 é totalmente novo, ele vai se desenvolver acelerada e mundialmente, como uma resposta para recuperação das taxas de lucro, ou seja, como uma alternativa para a valorização de capital.

Para além da análise de que a esfera financeira surge de uma demanda do capitalismo em crise, é imprescindível compreender que o desenvolvimento do capital financeiro só foi possível pelo acúmulo de capitais nas mãos do capital industrial. Como bem explica Brettas (2012), o mercado de eurodólares passou a concentrar capitais de multinacionais. A desregulamentação presente no euromercado fez com que os capitais americanos se dirigissem a ele, consolidando o mercado de dólares fora dos Estados Unidos. É nesse contexto que ocorre uma ampliação do mercado bancário, processo basilar para consolidação do poderoso mercado financeiro. A concentração de capital industrial nas mãos dos bancos internacionais, fez com que os mesmos abrissem linhas de crédito para os países de terceiro mundo, na busca pela valorização. Como destaca Brettas:

As taxas de juros baixas e a abundância de capitais promoveram um quadro atrativo para o endividamento, público e privado, não só nos países centrais, mas também principalmente na periferia do sistema (2012, p.33).

Portanto, a consolidação do poder financeiro tem em sua base o endividamento dos Estados, ou seja, a valorização do capital pela esfera financeira tem relação direta com a canalização dos recursos públicos por meio da dívida pública (BRETTAS, 2012; IAMAMOTO, 2008; LUPATINI, 2012; CHESNAIS, 2000). “O poder das finanças foi construído com o endividamento dos governos, com investimentos financeiros nos Títulos emitidos pelo Tesouro, criando-se a indústria da dívida” (IAMAMOTO, 2008, p.117). Não é à toa que Iamamoto (2008) destaca que um dos traços do processo de financeirização é o crescimento da dívida pública, por meio de taxas de juros mais elevadas do que o próprio crescimento econômico dos países.

Nos anos 1980 presencia-se a complexificação do processo de financeirização, “os bancos perdem o monopólio da criação de crédito, e os grandes fundos de investimentos passam a realizar operações de empréstimos às empresas” (IAMAMOTO, 2008, p.112). Se desenvolve, neste período, a valorização financeira por instituições não bancárias, como fundos de pensão e seguradoras, através da emissão de títulos de crédito. Um fator central para esse desenvolvimento foi o crescimento da dívida pública, que culminou em um redimensionamento dos recursos do fundo público favorável a valorização do capital financeiro, o Estado passa a atuar como um remunerador.

Ora, em um período de declínio do lucro, o mecanismo dos juros se desenvolve como uma resposta, na busca pela valorização do capital. Chesnais (2000) destaca que essa nova circulação, significou, em linhas gerais, um modo específico de dominação social/política do sistema capitalista. Netto e Braz (2007) classificam como 3º fase do Imperialismo, em que o capital financeiro é quem passa a dominar o movimento de acumulação.

As instituições em questão compreendem os bancos, mas sobretudo as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo (CHESNAIS, 2000, p.2).

A consolidação da financeirização só foi materializada por conta de dois processos concomitantes, o suporte dos Estados pelas medidas regressivas neoliberais e pela reestruturação produtiva através do regime de acumulação flexível.

Em 1971 é quebrado o acordo Bretton Woods, que significou a desvalorização do dólar e a quebra do padrão dólar-ouro, marcando um novo rearranjo nas relações internacionais. Esse momento significou o esgotamento do padrão produtivo e regulatório dos anos de ouro do capital. Uma grande vitória das finanças, uma via para liberalização e circulação de capitais em nível mundial em um mercado desregulado.

A liberdade e mobilidade internacional dos capitais só foi possível por meio de medidas legislativas. Chesnais (2000), destaca alguns tratados marcantes para refletir tais mudanças, que retomaram valores liberais: Tratado de Maastricht, o Consenso de Washington e o Tratado de Marrakech. Esses tratados são importantes para pensar a figura do Estado Neoliberal, estruturado para responder os anseios de um capitalismo em crise, visando a recuperação das taxas de lucro, a regra agora era o desmantelamento dos mecanismos de controle do Estado e “flexibilização” das relações trabalhistas. A esfera das finanças ganha poder e assume a hegemonia sobre o processo de acumulação, um exemplo é a imposição de mudanças nas relações de transações entre os Estados nações.

O acirramento da concorrência intercapitalista e a situação norte-americana do *déficit* na balança de pagamentos, culminou, em 1979, na decisão do Banco Central norte-americano de aumentar bruscamente a taxa de juros e implementar um novo padrão monetário. Iamamoto (2008) conceituou essa medida como “política do endividamento”. O aumento da taxa de juros ocasionou a quebra do euromercado, políticas regressivas nos países centrais e estagnação econômica nos países periféricos (BRETTAS, 2012).

Com acumulação predominantemente financeira, a dívida pública exerce um papel central na valorização do capital, através da apropriação dos impostos por meio de títulos de dívidas. O capital financeiro passa a assumir um papel regulador, pois através do financiamento para empréstimos, é gerado déficits nos orçamentos públicos por meio do aumento das taxas de juros para além da própria inflação e crescimento do PIB, o que se torna uma via para imposições: pressões fiscais, austeridade orçamentária, paralisia das despesas públicas e privatizações (CHENAIS, 2000).

A dívida pública foi o caminho para liberalização de capitais e para desregulamentação, através da política do endividamento. Os Estados nacionais passam a se submeter aos interesses econômicos da atual conjuntura, porém, sem deixar de exercer suas funções de regulação. O “Estado continua forte, o que muda é a direção socioeconômica da atividade e da intervenção estatal, estabelecendo novas regras para governar a favor do grande capital financeiro” (IAMAMOTO, 2008, p.123). Passa a ser demandado reajustes estruturais, como exemplos: desmonte e mercantilização das políticas sociais, desproteção das economias nacionais através da liberalização e desregulamentação, privatização de empresas estatais, medidas repressivas para reforçar o controle da propriedade privada, políticas fiscais regressivas e a flexibilização da legislação trabalhista (LUPATINI, 2012; IAMAMOTO, 2008). Tais demandas são de necessidade do capital para superação da crise, pois são medidas que contribuem com o aumento da taxa de exploração da mais-valia, com a apropriação dos recursos públicos e com a privatização das políticas sociais, novos nichos de acumulação.

Apesar do discurso sedutor do neoliberalismo, que coloca o crédito público como um mediador do bem-estar social, se fazendo necessário cortes nos gastos sociais e aumento dos impostos para assegurá-lo, isso não condiz com a realidade, o que existe na verdade é uma relação direta entre demandas do mercado e medidas regressivas dos Estados (LUPATINI, 2012; IAMAMOTO, 2008). “Os dois braços em que se apoiam as finanças – as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas- só sobrevivem com a *decisão política* dos Estados e o suporte das políticas fiscais e monetárias” (IAMAMOTO, 2008, p. 148, grifos nossos). As medidas regressivas não são causadas por uma crise administrativa do Estado, mas sim por uma crise do capital assumida pelos Estados, a dívida pública assume o papel de reprodução ampliada do capital financeiro.

A crise financeira foi assumida pelos Estados por meio da dívida pública e está sendo paga pela classe trabalhadora, via imposição de ajuste fiscal que restringe direitos, contribui para o aumento do desemprego e precariza condições de vida de grandes parcelas da população (BRETTAS, 2012, p.115)

Por isso é importante compreender que o orçamento público não é neutro ou meramente uma questão técnica em relação a garantia do equilíbrio entre as receitas,

ele perpassa uma questão política, de disputa entre interesses antagônicos de classes, tanto na arrecadação como na distribuição (BRETTAS, 2012; SALVADOR, 2012).

Como Salvador (2012) destaca a destinação dos recursos públicos para valorização do capital é um processo injusto, visto que os recursos advêm do trabalho. Seja por meio dos impostos sobre os lucros (que advêm da exploração da mais-valia), seja sobre o consumo, apropriação de uma parcela do salário dos trabalhadores. A redução da massa salarial e das despesas públicas, afetam diretamente os programas sociais e a aglutinação das expressões da questão social em relação ao aumento das desigualdades, da pobreza e do desemprego.

A relação de interdependência que se desenvolve entre os capitalistas industriais e capitalistas financeiros, acarreta mudanças no regime de acumulação. Esse processo se complexifica quando para além do financiamento da produção via capital portador de juros, os capitalistas financeiros começam a se tornar acionários das empresas transnacionais. Passando a definir o nível e o ritmo do investimento das empresas, ou seja, os capitalistas financeiros começam a controlar a extração da mais-valia e impor exigências agressivas no plano do emprego e salário (IAMAMOTO, 2008; CHESNAIS, 2000; LUPATINI, 2012).

Chesnais (2000) destaca que o contexto dos anos 1990, com a queda do muro de Berlim e o fim do regime soviético, acentua mudanças na relação entre o capital e o trabalho, contribuindo com o avanço da perspectiva neoliberal e a ideologia do “Fim da História”, que exploraram os erros do “socialismo real” para legitimar a naturalização das relações de exploração e da necessidade de medidas regressivas.

Por meio da acumulação flexível, surgem novas características na produção, ela continua sendo em grande escala, porém passa a *romper com a padronização* e se destinar a mercados específicos, buscando responder novos nichos de consumo e atender a variedades culturais. Outra característica é a *desconcentração industrial* por meio da desterritorização da produção, que passa a buscar territórios periféricos e força de trabalho mais barata através do processo de terceirização dos serviços. Também se observa a incorporação de *novas tecnologias* e a redução do trabalho vivo, a base produtiva se desloca do suporte eletromecânico para eletroeletrônicos, através da automatização industrial. Tais medidas, buscaram extenalizar os custos e manter o

controle sobre a produção, o que acarreta a necessidade de aumentar a exploração da força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2007).

As mudanças na base produtiva impactam diretamente as relações do mundo do trabalho, são criadas estratégias, como o rebaixamento salarial e estímulo a competitividade para prejudicar a atuação sindical e organização dos trabalhadores. Para desarticular o movimento sindical, são utilizadas medidas legais para restringir seu poder de intervenção. Além disso, a ideologia neoliberal passa a relacionar a queda na taxa de lucro com as conquistas dos direitos sociais, a proteção das relações trabalhistas seria, segundo o ideário, quem estaria prejudicando os lucros das empresas e contribuindo com o aumento desemprego. Essa articulação feita pelo neoliberalismo não condiz com a realidade, pois todos os países que adotaram políticas de desregulamentação das relações de trabalho continuam tendo um crescimento na taxa de desemprego.

O controle da força de trabalho pelo capital recorre a formas diversas daquelas do despotismo fabril, apelando à “participação” e ao “envolvimento” dos trabalhadores, valorizando a “comunicação” e a redução das hierarquias mediante a utilização de “equipamentos de trabalho”; é nesse quadro que o toyotismo ganha relevo nas relações de trabalho, inclusive com o forte estímulo ao “sindicalismo de empresa” (ou “de resultados”). O capital empenha-se em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores: utiliza-se o discurso de que a empresa é a sua “casa” e que eles devem vincular o seu êxito pessoal ao êxito da empresa; não por acaso, os capitalistas já não se referem a eles como “operários” ou “empregados” – agora, são “colaboradores”, cooperadores, “associados” (NETTO; BRAZ, 2007, p.217).

Os capitalistas passam a impor mecanismos para aumentar a expropriação da mais-valia dos trabalhadores, são expressões contemporâneas da reestruturação produtiva: aumento do desemprego para pressionar o rebaixamento dos salários, criação de políticas de gestão e controle, intensificação do ritmo de produção através de novas tecnologias, aumento da jornada de trabalho, estímulo a competição e individualidade, regressão de direitos trabalhistas/previdenciários e a flexibilização dos contratos (IAMAMOTO, 2008; CHESNAIS, 2000).

A interdependência entre o capital industrial e o capital financeiro conduziu a um processo cada vez maior de concentração de poder econômico. A acumulação, ao passo que concentrou capitais no poder de um grupo cada vez mais restrito, produziu,

paralelamente, um dilema: a fragilidade da dependência das relações econômicas causadas pela mundialização de capitais. O investimento financeiro é seletivo e apresenta tendências de polarização e desigualdade, as consequências da desregulamentação das trocas é a marginalização de continentes e problemas geopolíticos, como a desigualdade no acesso ao consumo. As crises passam a atingir vários setores e interligar diversos países, sendo mais duradouras (CHESNAIS, 2000).

“A mundialização financeira sob suas distintas vias de efetivação unifica, dentro de um mesmo movimento, processos” (IAMAMOTO, 2008, p.114). A valorização pela via financeira, o avanço do neoliberalismo e as transformações do mundo do trabalho não são fenômenos isolados, mas sim processos que fazem parte de uma mesma totalidade, que estão interligados. Porém, como alerta Chesnais (2000), é uma totalidade diferenciada e hierarquizada, um fenômeno que apresenta diferenciações no interior de uma unidade, é preciso compreender as expressões desse sistema dentro das relações de cada país.

#### **4 CONCLUSÃO**

A valorização pela via financeira, o avanço do neoliberalismo e as transformações do mundo do trabalho não são fenômenos isolados, mas sim processos que fazem parte de uma mesma totalidade, são respostas articuladas do capitalismo em crise na busca pela reprodução ampliada do capital. O conjunto dessas respostas trazem a torna um novo contexto social, econômico, político e cultural para o mundo; o processo de financeirização trata-se de um modo específico de organização e dominação do capitalismo contemporâneo.

A reestruturação produtiva pelo regime de acumulação flexível é uma demanda do capital em crise que se apresenta como uma grande ofensiva para os trabalhadores, são expressões: o aumento do desemprego para pressionar o rebaixamento dos salários, criação de políticas de gestão e controle, intensificação do ritmo de produção através de novas tecnologias, aumento da jornada de trabalho, estímulo a competição e individualidade, regressão de direitos trabalhistas/previdenciários e a flexibilização dos contratos.

## REFERÊNCIAS

BRETTAS, Tatiana. **Financiamento e gasto com as políticas sociais em tempos de financeirização**. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, 2012.

CHESNAIS, François. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. 2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUPATINI, Márcio. **Crise do capital e dívida pública**. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara. (Org). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012. p. 59-93.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 3, volume IV. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, [1894] 1988b.

MENDES, Áquilas. **O subfinanciamento e a mercantilização do SUS no contexto do capitalismo contemporâneo em crise**. BRAVO, Maria Inês et al (orgs). A mercantilização da saúde em debate: as Organizações Sociais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2015.

MÉSZAROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. n. 111. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula. **Revista de Economia Política**, 2003, vol.23, dez. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/92-4.pdf>. Acesso em: 01 de maio. 2019.

SALVADOR, Evilasio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **SERV. SOC. REV.**, 2012, vol.14, jan/jun.